V. adotar as medidas e procedimentos correlacionados com a administração de recursos humanos;

VI. prestar assessoramento aos demais órgãos da Administração Superior e às Unidades Universitárias, nas áreas correlatas às atividades-meio da Universidade;

VII. zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos que versem sobre matéria da sua competência;

VIII. exercer outras atividades correlatas.

Art. 111. Compete à Pró-reitoria de Planejamento e Finanças:

I. coordenar e supervisionar a política de planejamento institucional;

II. estabelecer diretrizes e propor normas e procedimentos de execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

III. articular-se, no âmbito externo, com a Secretaria de Planejamento e Secretaria da Fazenda do Estado e, no âmbito interno, com os órgãos Setoriais e Suplementares, visando compatibilizar as ações propostas com os objetivos estabelecidos;

IV. informar sobre a disponibilidade de recursos financeiros para a autorização de compras e licitações;

V. prestar assessoramento aos demais órgãos da Administração;

VI. organizar a proposta orçamentária da Universidade;

VII. acompanhar a execução orçamentária e financeira;

VIII. informar a existência de recursos e liberar suprimentos de fundos;

IX. zelar pelo cumprimento das normas e procedimentos que versem sobre matéria da sua competência;

X. exercer outras atividades correlatas.

Art. 112. As competências específicas das Pró-reitorias constarão de Regimento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário e homologado pelo Conselho Diretor.

Art. 113. A estrutura administrativa da Universidade, aprovada pelo Conselho Universitário e pelo Conselho Diretor, será estabelecida em lei.

Capítulo III

Dos Órgãos Deliberativos Superiores

Art. 114. São Órgãos Deliberativos Superiores da Universidade Estadual do Piauí:

I. Conselho de Administração e Planejamento;

II. Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão;

III. Conselho Universitário.

Art. 115. São atribuições do Conselho de Administração e Planejamento, além das competências que lhe são destinadas pelo art. 64 do Estatuto:

I. aprovar o Regimento Interno das Unidades Universitárias;

II. aprovar o número de vagas para servidores nos termos estabelecidos pelo Estatuto;

III. apresentar proposta de reformulação da estrutura administrativa;

IV. elaborar plano de avaliação administrativa periódica da instituição;

V. organizar plano de capacitação docente e dos servidores técnicos;

VI. analisar e emitir parecer sobre relatórios e pedidos de licença sabática.

Art. 116. São atribuições do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, além das competências que lhe são destinadas pelo art. 66 do Estatuto:

I. deliberar sobre:

a) ascensão por avaliação de desempenho dos docentes;

b) medidas para incentivar e dinamizar a realização de pesquisas;

c) medidas que visam à melhoria qualitativa do ensino;

d) proposta de realização de Programas e Projetos de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários e de atividades culturais em geral;

e) transferência, reintegração de alunos e ingresso de Portador de Diploma de Graduação.

II. emitir parecer sobre convênios de pesquisa com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, propostas pelas Unidades Universitárias;

III. emitir parecer e decidir sobre convênio entre a Universidade e Fundações de Apoio na captação técnica, administrativa e científica;

IV. emitir parecer sobre normas de ascensão dos docentes, por avaliação de desempenho;

V. decidir em segunda instância sobre questão disciplinar de docente e, em última instância, de discente;

VI. aprovar normas e instruções que regulamentem concurso público para provimento em cargo de professor;

VII. aprovar o edital para provimento de cargo de professor, em Concurso Público;

VIII. deliberar sobre a criação de comissões permanentes e temporárias na área de Ensino, Pesquisa e Extensão estabelecidas pelo Regimento Interno dos Conselhos;

IX. opinar sobre transferência de docentes, de uma Unidade Universitária ou de um Campo de Estudo para outro, observados os interesses do ensino, da pesquisa e da extensão;

X. deliberar sobre questões relativas a Exame de Avaliação de Aproveitamento Extraordinário de Estudos;

XI. analisar e emitir parecer sobre relatórios e pedidos de licença sabática;

Art. 117. São atribuições do Conselho Universitário, além das competências que lhe são destinadas pelo art. 68 do Estatuto:

I. aprovar por proposta do Reitor ou dos Conselhos de Unidade a concessão de títulos de Doutor *Honoris Causa*, de Professor Emérito, de Funcionário Técnico-administrativo Emérito, de Estudante Emérito e de Benemérito da Universidade a pessoas físicas, pessoas jurídicas e núcleos familiares que contribuíram para o desenvolvimento da Instituição;

II. elaborar ou emendar o Regimento Geral da Universidade por deliberação da maioria de seus membros;

III. avocar, por proposta do(a) Reitor(a) ou de dois terços de seus membros, a decisão de qualquer assunto de interesse relevante, de competência das demais instâncias da Universidade;

IV. conhecer e deliberar em última instância sobre recursos interpostos contra penas disciplinares impostas pelas autoridades universitárias;

V. decidir sobre homenagens, no recinto da Instituição, a pessoas que tenham prestado contribuição relevante à Universidade ou a qualquer ramo das ciências, das letras ou das artes;

VI. deliberar sobre os casos omissos neste Regimento, desde que, por sua natureza, não sejam da competência de outros órgãos;

VII. dirimir conflitos de jurisdição entre órgãos;

VIII. realizar, através de comissões especiais, a revalidação de Títulos e Diplomas de Graduação, ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Art. 118. O Conselho Universitário constituirá as seguintes comissões permanentes:

I. Comissão de Legislação e Recursos;

II. Comissão de Assuntos Acadêmicos;

III. Comissão de Assuntos de Administração e Planejamento;

IV. Comissão de Assistência e Inclusão Social.

Parágrafo único. As Comissões serão Órgãos de Assessoramento, Estudo e Consultoria, tendo suas composições e atribuições definidas no Regimento Interno do Conselho Universitário.

Capítulo IV

Dos Órgãos Executivos Suplementares

Art. 119. São Órgãos Executivos Suplementares:

I. Núcleo de Concurso e Promoção de Eventos;

II. Procuradoria Jurídica;

III. Auditoria Interna;